

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 500 exemplares
Depósito Legal: 433460/17
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES


MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO


LISBOA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA


LETRAS
LISBOA


FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA


FUNDAÇÃO
MILLENNIUM
BCP

A OCUPAÇÃO ROMANA DO MONTE DOS TOIRAIS, MONTEMOR-O-NOVO. UM EXEMPLO DE ARQUEOLOGIA PREVENTIVA NO CONTEXTO DOS FINAIS DOS ANOS 90 (SÉC. XX)

Jorge Vilhena¹, Carolina Grilo²

RESUMO

O sítio arqueológico do Monte dos Toirais localiza-se no concelho de Montemor-o-Novo, na região do Alentejo Central. Identificado em 1996 e intervencionado em 1998, constituiu-se como um dos primeiros testemunhos de uma intervenção em contexto empresarial no âmbito da arqueologia de salvamento, então relacionada com o Plano de Minimização de Impacte Ambiental da A6 – Autoestrada do Alentejo central.

O sítio compreendeu uma primeira ocupação da Idade do Ferro, centrada no século V a.C., e uma segunda ocupação de cronologia romana alto-imperial, objeto da presente comunicação. Volvidos quase 20 anos da intervenção ali realizada, e em paralelo aos estudos em curso sobre a ocupação proto-histórica do local, pretende-se apresentar uma síntese dos testemunhos de época romana identificados no Monte dos Toirais. Partindo de uma abordagem centrada na caracterização das estruturas e nos espólios aí exumados, discutem-se alguns aspetos relacionados com a dinâmica do local no contexto da ocupação rural romana da região a oeste de *Ebora Liberalitas Iulia*.

Palavras-chave: Arqueologia de emergência, Período romano, Ocupação rural, Alentejo central.

ABSTRACT

The archaeological site of Monte dos Toirais is located in Montemor-o-Novo, in the central Alentejo region. The site, identified in 1996 and surveyed in 1998, was one of the first cases of a business archaeological survey in the context of emergency archaeology, then related with the A6 Environmental Impact Study – Central Alentejo freeway.

The site uncovered evidence of an Iron Age occupation, dated from the 5th century BC and a roman occupation from imperial age, the latter object of the following paper. Nearly 20 years after its excavation, and following ongoing studies on the proto-historic remains, we present a brief synthesis of the roman testimonies identified in Monte dos Toirais. Through the analysis of the archaeological remains – the preserved structures and artefact assemblages – we discuss certain aspects of the site's dynamic in the context of the rural roman occupation in western region of *Ebora Liberalitas Iulia*.

Keywords: Preventive archaeology, Roman period, Rural occupation, Central Alentejo.

1. Arqueólogo; jorgecostavilhena@gmail.com

2. Arqueóloga; UNIARQ. Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; ramosgrilo.carolina@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico do Monte dos Toirais foi localizado por José Morais Arnaud em 1996, no âmbito do levantamento arqueológico integrado no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) prévio à construção do sublanço Montemor-o-Novo/Évora da A6 (Marateca-Elvas). Foi localizada naquele documento uma ocupação romana no local, definida pelos achados de superfície das prospeções de campo efetuadas. A mancha de distribuição desse material de superfície foi cartografada, verificando-se na altura que apenas o extremo norte seria afetado pela construção da autoestrada.

O local, denominado sítio n.º 6 da lista elaborada, foi, portanto, detetado atempadamente antes do início da obra e protegido pela regulamentação definida no quadro do EIA. Propôs-se a sinalização física do mesmo, por forma a reduzir o risco de afetação por pessoas e/ou máquinas, que não terá sido concretizada. Ainda assim, a delimitação cartográfica (à escala 1:2000) da mancha de dispersão de materiais de superfície, efetuada sobre as plantas de execução do projeto deveria ter funcionado como zona de proteção da jazida arqueológica durante a realização de todos os trabalhos que implicassem a alteração da topografia original da zona, o que não veio a acontecer, tendo em junho de 1997 a empresa responsável pela construção daquele sublanço utilizado o local para a remoção de solo para a construção do aterro da autoestrada, denominando esta área como Zona de Empréstimo n.º 3.

Não houve, durante esta ação, consulta ao recomendado no EIA, resultando daí a destruição de parte significativa da jazida, o que, após a deteção da «infração» pela fiscalização da BRISA, conduziu à interrupção dos trabalhos da maquinaria pesada no local. Foi então solicitado ao primeiro signatário (J.V.) a elaboração de um parecer, remetido ao Instituto Português de Arqueologia (IPA), que requereu a realização de sondagens arqueológicas no local, efetuadas em 1998, pela empresa Cronos, Arqueologia e Conservação Lda., sob a direção científica do mesmo.

2. LOCALIZAÇÃO

O sítio arqueológico do Monte dos Toirais situa-se na União de Freguesias de N. Sr.ª da Vila, N. Sr.ª do Bispo e Silveiras, concelho de Montemor-o-Novo e distrito de Évora, a nascente da cidade sede de con-

celho, tendo como pano de fundo a sul, as faldas setentrionais da Serra de Monfurado. Corresponde a um esporão de encostas suaves voltado a norte, com uma altimetria máxima de 243m (Figura 1). A coordenada central da zona de ocupação romana do sítio é: N38º38'49,0 W8º09'27,0. A sul o local é limitado pela Estrada Nacional 114, entre Montemor-o-Novo e Évora, nesta zona alinhada na orientação oeste-este. A estrada corta o esporão em talude, que provavelmente destruiu parte dos vestígios arqueológicos. Aproximadamente oblíqua ao traçado desta, entre 350 a 100 metros para norte foi implantada a A6, estando presentemente a jazida arqueológica espartilhada pelas duas vias. Posteriormente à intervenção arqueológica de 1998, foi inteiramente reposita a cobertura de solo sobre os desaterros efetuados até substrato rochoso, o que alterou significativamente a fisionomia do lugar. Depois, o sítio voltou a ser cultivado com cereais de sequeiro e pastagem.

O rio Almansor corre a cerca de 300m para norte, estando o local ladeado a este e oeste por linhas de água que, das faldas da serra, vêm desaguar ao rio. O esporão e a encosta onde foram referenciadas as ocupações antrópicas constituem o primeiro relevo acima do rio na direção sul. A relação entre o local e o Almansor, que possivelmente determinou as antigas ocupações humanas do local, foi interrompida pela construção da A6, que se implantou entre os dois. Para norte e este, do outro lado do rio, o relevo abre-se para dar lugar à peneplanície dos campos de Évora, onde o marco humano cunhou uma paisagem de searas, apenas interrompidas por esparsas árvores (sobretudo azinheiras e oliveiras) e linhas de choupos e outras árvores de grande porte que flanqueiam o traçado serpenteante das linhas de água de maior expressão (Figura 1).

Ao invés, após o início dos relevos sobre a planura da bacia do rio, o coberto vegetal muda de alguns zambujeiros e azinheiras dispersas entre searas de encosta, como o era o Monte dos Toirais, para dar lugar ao montado cerrado de sobreiros e azinheiras das faldas da serra, cujos cumes são cobertos por bosque.

3. OS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Os trabalhos no Monte dos Toirais decorreram entre fevereiro e abril de 1998. À superfície do terreno, na zona raspada da encosta leste do esporão onde se concentravam os vestígios romanos, eram visíveis abundantes fragmentos (de quebra antiga e recentes)

de materiais de construção, como tégulas, imbríces, quadrantes, tijolos, cerâmica comum, *terra sigillata*, ânforas e de *dolia*, junto com alguma pedra aparelhada local e exógena. Uma análise cuidada permitiu observar, restos de muros *in situ* de construções de planta retangular e quadrangular de pedra argamassada, destruídos, por arranque, no plano de terraplanagem. Esta destruição terá ocorrido indubitavelmente durante a escavação da zona de empréstimo. Já o topo do esporão foi igualmente atingido pela remoção de inertes, não sendo possível confirmar se aí existiram vestígios arqueológicos, embora a situação topográfica desta zona o indique com alguma probabilidade. O facto de a profundidade dos empréstimos de terra nesta zona ter atingido frequentemente os 2 m, deixando totalmente exposto o substrato rochoso escavado em grandes degraus, inviabilizou qualquer perceção de índole arqueológica.

Na vertente norte do esporão, confinando com a nova autoestrada, detetou-se uma zona de concentração de cerâmica de cronologia proto-histórica, a torno e manual, assim como fragmentos mós manuais, percutores e lâminas (elementos de foice?) talhadas em sílex, e elementos pétreos com algum afeiçoamento, embora não tenham sido assinalados manifestos indícios de estruturas habitacionais ou funerárias. Nesta zona, o número de vestígios atribuíveis à ocupação romana era pouco expressivo, à imagem do que se veio a verificar em escavação, indiciando que esta se encontrava confinada à área mais a este da elevação.

Pouco clara ficou a relação entre os dois assentamentos arqueológicos, uma vez que a faixa de contacto entre os materiais da Idade do Ferro e do período romano foi raspada até à rocha ou coberta por um manto de areias arrastadas pelas chuvas, não sendo possível determinar, com exatidão, se as duas ocupações contactam e/ou sobrepõem em algum ponto.

Cabe ainda sublinhar que nos depósitos a ocidente encontraram-se blocos de muros argamassados que devem ter tido origem na encosta do lado este e do topo do esporão, e, que na faixa que delimita a parcela e a separa da EN 114, onde a topografia do terreno se mantém original, foi identificado um peso de lagar em granito de forma cilíndrica, com dois entalhes laterais de forma trapezoidal para prensão, partido a um terço do topo e de tipologia idêntica a outros exemplares conhecidos na região de Évora. Foram estabelecidas 10 sondagens arqueológicas (num total de 70m²) na área de afetação do emprés-

timo de terras, distribuídas pelas zonas que indicavam à superfície, poder fornecer estratigrafias conservadas. Destas, as sondagens III, IV e X, implantadas no topo e lado este do esporão, forneceram estruturas de época romana, observando-se nas restantes o afloramento praticamente à superfície do terreno, com alguns materiais remobilizados, o que, face às condicionantes acima descritas, deve ser analisado com reserva, não sendo prova suficiente para afirmar a inexistência de vestígios arqueológicos na periferia imediata das mesmas.

3.1. Estruturas identificadas

A sondagem III registou a presença de três muros articulados em ângulos retos, com alinhamentos su-sudoeste/nor-nordeste e na perpendicular, que se conservavam apenas abaixo do plano da raspagem da zona de empréstimo, que em toda a envolvente atingiu e expôs o afloramento granítico (Figura 2). Estes muros encostavam a entalhes escavados na rocha, formando um compartimento subterreno (ou, pelo menos, de piso bastante abaixo da superfície original do terreno em época romana) de planta quadrada ou retangular com amplitude interna de 4,40 m e mais de 0,90 m de profundidade. A construção desta estrutura foi elaborada sem grandes preocupações, verificando-se que os muros apenas possuíam face aparelhada para o lado interior do compartimento, já que os espaços entre os paramentos e os entalhes na rocha foram preenchidos com pedra miúda e materiais reutilizados, como tijolos de quadrantes, ligados com argamassa pobre em cal. A espessura destas paredes era considerável, com cerca de 0,70 m. Este compartimento foi interpretado como uma cave de armazenamento, à qual se acedia por intermédio de degraus também escavados na própria rocha (não foi possível em 1998 escavar este compartimento até ao fim).

No seu interior, detetou-se um estrato sedimentar barrento e compacto, com alguns carvões, do qual foi oriunda a maioria do espólio cerâmico do local, que deverá estar relacionado com a desativação desta estrutura (estrato 6), tendo sido igualmente identificado junto das paredes internas deste espaço um sedimento caracterizado por uma terra avermelhada e barrenta, com elementos de rocha de base e argamassa, de textura arenosa, que poderá ter estado relacionado com um derrube dos muros que seriam construídos com recurso a terra e adobes (ver sondagem IV).

A sondagem IV foi implantada 18 m a leste da sondagem III, numa zona onde eram visíveis alguns segmentos de muros que delineavam um compartimento, embora a sua implantação, mais perto da superfície atual do terreno, evidenciasse o fraco estado de conservação dos mesmos. Junto destes, alguns materiais de construção, corresponderam à totalidade do espólio observado, não permitindo uma leitura funcional deste espaço, que se desenvolvia num alinhamento semelhante ao identificado na sondagem III. A nível construtivo, observou-se a presença de dois muros paralelos de orientação norte-sul (Estr. 3 e 4), um dos quais travado a norte por um outro troço estrutural perpendicular, construído com o mesmo tipo de aparelho, embora mais irregular e com menor presença de elementos pétreos, ligado por uma argamassa arenosa muito pobre em cal (Estr. 5). Este muro assentava sobre uma outra estrutura paralela aos muros anteriormente descritos, que parecia, à primeira vista, construído apenas em argamassa e barro, mas que continha bastantes elementos estruturantes em pedra de pequena e média dimensão (Estr. 6), também ela disposta de forma irregular, parecendo corresponder, com o muro que se lhe sobrepunha, a um momento de remodelação do espaço original, delimitado a norte. A rocha de base, nesta área apresentava-se regularizada, mas a cota mais alta, devendo corresponder ao nível de circulação destes espaços, que, ao contrário do encontrado na Sondagem III, não revelava indícios de rebaixamento interno. Por outro lado, com exceção da Estrutura 6, os restantes muros possuíam vala de fundação escavada na rocha de base, de largura pouco superior aos próprios, cerca de 0,90m. Os estratos escavados no interior destes espaços não revelaram quaisquer materiais arqueológicos (Figura 2).

Por último, na sondagem X, 7 m a norte da sondagem IV e 18 m a nordeste da sondagem III, foi identificado um canto de um compartimento muito destruído e alterado pela afetação de obra de 1997, cujo alinhamento permitia relacionar com o compartimento identificado na sondagem IV. A estrutura aí identificada encontrava-se ao nível fundacional, sem estratigrafia ou materiais arqueológicos associados, sendo estes oriundos exclusivamente de recolhas de superfície e compostos por materiais de construção e algumas escórias de ferro.

4. O ESPÓLIO

De acordo com o parco espólio recolhido, o Monte dos Toirais terá tido uma ocupação centrada entre os meados do século I e o século III d.C., ainda que o mau estado de conservação, com alterações e desgastes nas superfícies dos materiais, e a profunda afetação do local não permitam descartar uma maior longevidade do mesmo. Estas datações constituem-se assim como hipóteses de trabalho baseadas na informação proveniente da cronologia das cerâmicas exumadas nos níveis superficiais, relacionados com a destruição do local na fase de implantação e início de obra, mas, fundamentalmente, com os dados oriundos da intervenção arqueológica.

Especial relevância assumiu o conjunto material recuperado na Sondagem III, relacionado com o compartimento 3 (cave), onde se documentou a maioria do espólio cerâmico, assim como alguns elementos pétreos e metálicos, fornecendo os dados para os inícios da ocupação no local. O primeiro era composto maioritariamente por cerâmicas comuns e de construção, materiais anfóricos e cerâmicas finas, recolhidas em mais do que um estrato (estratos 5 e 6), sugerindo uma utilização deste espaço num intervalo de tempo não muito prolongado, iniciado, pelo menos, nos meados do século I d.C., pela presença de *terra sigillata* de tipo itálico, de que se conservaram cerca de 14 fragmentos, na sua maioria de forma indeterminável, traduzidos em dois indivíduos: um exemplar de bordo muito fragmentado (Figura 3, nº 1) e um fundo de *paterna* do tipo B.1.2 (nº5) (Ettelinger *et al.*, 1990, p. 155).

A *terra sigillata* sudgálica está representada por 13 fragmentos, integrados em seis NMI, sendo o leque de formas constituído por pratos dos tipos mais comuns: um exemplar da forma Drag. 18 (nº 4), três indivíduos da forma Drag 15/17 (nºs 2 e 3) e dois exemplares de fundos de taças sem classificação tipológica (nºs 6 e 7). Estas formas são representativas das importações da segunda metade do séc. I (Viegas, 2005), ainda que a sua longa cronologia de produção não permita uma maior distinção temporal, em locais de escavações antigas e com dados estratigráficos limitados, como será o caso do Monte dos Toirais. Cabe ainda sublinhar a inexistência de formas decoradas e de produções de *terra sigillata* de origem hispânica, frequentes em contextos do meio-dia peninsular a partir de época Flávia (Bustamante Alvarez 2010, p. 153; Quaresma 2012, p. 235;

Grilo & Martins, 2013, p. 1490), um fator que poderá estar mais relacionado com a reduzida amostra do local do que propriamente com um abandono do mesmo ainda em época recuada (embora esta seja também uma hipótese a considerar, face à coerência da maioria das cerâmicas finas aí recolhidas).

Um único exemplar de paredes finas, de produção bética com o verniz muito desgastado e com decoração mamilar aplicada em barbotina, de cronologia integrada na segunda metade do século I d.C., momento da generalização deste tipo decorativo nos contextos peninsulares (Mayet, 1975), incorpora também o conjunto das cerâmicas finas importadas, assim como um exemplar de reservatório e orla de lucerna sem integração morfo-cronológica, igualmente de origem bética.

No que concerne às ânforas e aos alimentos transportados, a informação passível de ser extraída é também ela bastante reduzida, em função do escasso número de exemplares recuperados (cerca de três indivíduos). Entre os exemplares do Vale do Guadalquivir, contam-se um indivíduo pertencente ao tipo oleário Dressel 20 (Figura 4, nº 28) e outro do tipo Haltern 70 (não ilustrado), por norma relacionado com o transporte de conteúdos vitivinícolas da Bética. O primeiro corresponde a um fragmento de asa com marca *in hansa* em cartela retangular truncada e ilegível, totalmente erodida. O destaque da prensão na zona da asa com o colo (Berni Millet, 2008; Berni Millet e García Vargas, 2016), permite colocar a hipótese de tratar de uma versão desta forma enquadrada entre os meados do século I e os inícios do século II, embora a ausência de outros detalhes morfológicos (bordo, colo, ou parte do corpo), obrigue a uma prudência nesta proposta e a fornecer uma cronologia mais lata para a mesma, entre os meados do século I e o século III.

Também dos contextos do Compartimento 3 foi recuperado um exemplar de “Lusitana antiga” (nº 27) enquadrável na fase mais antiga de laboração das olarias do Vale do Sado, nomeadamente em Abul, que os autores classificaram como Dressel 14, variante A, semelhante aos modelos mais precoces de bordo em banda, recolhidos em depósitos tiberianos, e também identificada no centro de produção do Largo da Misericórdia, Setúbal (Silva, 1996). Este contentor, designado como Haltern 70 de fabrico lusitano, seria o resultado da imitação de modelos béticos, sobretudo da Haltern 70 (Mayet & Silva, 2002), uma vez que apresenta características for-

mais em tudo idênticas àquele tipo produzido no Vale do Guadalquivir (Filipe, 2016). Todavia, esta designação não tem reunido o consenso geral entre os investigadores, sendo estas formas designadas frequentemente como “afins à Haltern 70”, uma vez que se encontram ainda mal caracterizadas e tipificadas, mercê da escassez de exemplares completos e de materiais recolhidos em contextos estratigráficos seguros, bem como de um quase total desconhecimento dos seus centros produtores (*Idem*, 2016).

O exemplar em questão do Monte dos Toirais é semelhante aos da *villa* de Vilares de Alfundão, Ferreira do Alentejo (Norton *et al.*, 1993-94) e dos níveis de amortização da lixeira do 3º quartel do século I d.C. da Avenida Miguel Fernandes, em Beja (Grilo & Martins, 2013, p. 1489).

Entre a cerâmica comum, a totalidade dos materiais recuperados enquadra-se, formal e tipologicamente, nas produções de tradição romana dos conjuntos do Sul do atual território português, apresentando, contudo, alguma diversificação no âmbito produtivo. A maioria corresponde a produções de âmbito local/regional com provável origem na região trastagana (cerca de 31 NMI).

A nível tecnológico, o conjunto é dominado pelas produções montadas a torno, de pastas de matriz não calcária de coloração cinzenta, textura média e grosseira e forte presença de minerais negros, um componente também registado entre os materiais relacionados com a ocupação da Idade do Ferro do sítio, pelo que se poderá postular uma origem de âmbito local para o mesmo. Estão igualmente representados três exemplares de pastas alaranjadas, cuja origem poderá estar relacionada com os vales do Sado e do Tejo, uma vez que apresentam características semelhantes aos fabricos das olarias destas regiões. Por último, há ainda a destacar a presença de dois exemplares de cerâmica comum com provável origem na região da Bética, na zona costeira.

Entre a cerâmica de cozinha, registam-se seis exemplares de potes/panelas (Figura 4, nºs 16, 17, 19, 20, 21 e 23), dois dos quais com vestígios de fogo (nºs 20 e 21), sugerindo uma utilização no âmbito da preparação de alimentos a quente. Estas são formas frequentes na região alentejana e do vale do Tejo ao longo de todo o período romano, caracterizadas por um bordo voltado para o exterior, levemente amendoado, colo curto e pela ausência de asas; foram identificadas, por exemplo, na *villa* romana de Pisões, Beja, em contextos do século I até inícios do III

(Pinto, 2003), Alcácer do Sal, em níveis da segunda metade do século I e dos inícios do século II (Tavares da Silva *et al.*, 1987) ou na *villa* de S. Cucufate, entre outros, onde correspondem à forma VIII-B-2 (Pinto, 2003, p. 347, fig. 304).

Outros exemplares apresentam morfologias de bordos e perfil diferentes: o nº 17, de bordo vertical com garganta interna é também uma forma típica dos contextos alto imperiais da região alentejana (Pinto, 2003), assim como o nº 18, de bordo oblíquo voltado para o exterior, com uma cronologia de produção mais alargada (*Idem*, 2003), ou o nº 19, de pastas alaranjadas com origem provável no vale do Tejo ou do Sado, que corresponde a uma variante de bordo arqueado formando garganta interna, também registado naquelas regiões em contextos alto-imperiais (Coelho-Soares, 1987; Pinto, 2003; Grilo, Santos, 2017), assim como na região alentejana, na necrópole de Santo André, em Montargil, em contextos de meados do século I e do primeiro quartel do século II (Nolen, Ferrer Dias, 1981). Há igualmente a registar a presença de duas tampas (Figura 3, nºs 14 e 15), artefactos acessórios e de função diversificada: nº 14, de bordo ligeiramente escalonado e o nº 15, de bordo voltado para o exterior, assim como a ausência dos tachos, uma forma bastante vulgarizada nos contextos de época romana, facto que poderá estar relacionado, uma vez mais, com um problema de amostragem.

Cinco exemplares de talhas compreendem as formas de armazenamento, atestando a vocação eminentemente agrícola desta unidade agrária. Recorde-se que uma das funções dos *dolia* seria permanecer parcialmente enterrados no subsolo dos compartimentos de armazenamento (como a provável cave encontrada na sondagem III), estando destinados à conservação de produtos alimentares (Viegas, Dinis, 2009, p. 10). Estão presentes exemplares de bordo horizontal (Figura 5, nº 32) e exemplares de bordo voltado para o exterior (Figura 4, nº 26; Figura 5, nº 31), com ligeira aba (nº 30), que apresentam algumas semelhanças com exemplares da *villa* romana de S. Cucufate, Vidigueira (Pinto, 2003).

Entre as formas de serviço e preparação destacam-se os pratos, tigelas, potinhos e alguidares. O nº 12 corresponde ao único exemplar de prato identificado no Monte dos Toirais. A variante de parede direita e de bordo sem espessamento está vulgarizada em contextos coevos da região sul, integrada no tipo I-A-1 de São Cucufate (Pinto, 2003, p. 161-164) com cronologias que percorrem os diferentes horizontes

daquela *villa*, embora com maior expressão nos níveis datados do século II até ao século IV d.C. (*Idem*, p. 163). Trata-se de uma forma cuja função pode estar também relacionada com a confeção de alimentos a quente, de claras semelhanças, com exceção da profundidade e dimensão, com as tigelas recolhidas no Monte dos Toirais, que correspondem à forma mais representada no conjunto global da cerâmica comum. Foram exumados cerca de nove exemplares integrados num único protótipo, com parede hemisférica e bordo direito, com ou sem espessamento (nºs 8 a 11), que, dada a sua simplicidade, corresponde a uma forma recorrente e bem documentada em diferentes contextos. Entre outros, salientamos as diversas referências a este tipo formal, nas necrópoles da região do Alto Alentejo (Nolen, 1985, p. 95, est. XXXIII), e de Elvas (Nolen e Ferrer Dias, 1981, p.68), onde esta variante ocorre com uma datação enquadrada genericamente entre o século I e o século III (*Idem*, 1981). Os dados cronológicos de S. Cucufate, onde corresponde ao tipo III-A-1, indicam que se trata de uma forma de longa duração, embora mais presente no Alto Império, no século I e inícios do século II (Pinto, 2003, p. 223).

Entre os potinhos salientam-se os nºs 16 e 22: o primeiro com bordo direito amendoado de perfil tendencialmente ovoide, está também atestado naquela *villa*, onde corresponde à forma X-A-3-a (Pinto, 2003, p.402, fig. 410) documentada ao longo dos diferentes horizontes da daquela estação, assim como na necrópole de Santo André, em Montargil, em contextos alto-imperiais da 2ª metade do século I/1º quartel do século II (Nolen, Ferrer Dias, 1981). Já o nº 22 encontra-se praticamente intacto, com exceção do bordo, com a superfície coberta por um engobe vermelho e uma canelura na zona mais larga do bojo e encontra paralelos igualmente entre os potinhos de São Cucufate, tanto ao nível formal como de acabamentos de superfície (Pinto, 2003, p. 402).

O nº 13 corresponde ao único alguidar ou bacia identificado no local, cuja forma permite tecer algumas considerações. Corresponde a uma variante de bordo voltado para o exterior, levemente oblíquo, formando uma pequena carena abaixo do mesmo com parede oblíqua. Embora o exemplar em questão esteja conformado com recurso às pastas locais, esta é uma forma bem documentada nas olarias dos vales do Tejo e do Sado, nas suas características pastas alaranjadas e com particular expressão, de acordo com os dados conhecidos, no Baixo Império. Toda-

via, parece importante ressaltar que está presente no Castelo da Lousa, Mourão, desde, pelo menos, o período augustano, estando conformada, tal como no caso em questão em pastas locais (Pinto; Schmit, 2010, p. 265). De acordo com as autoras do estudo sobre a cerâmica comum daquele sítio arqueológico, trata-se de uma forma frequente em contextos imperiais nas estações alentejanas (*Idem*, 2010). Do mesmo modo, os contextos algarvios também têm vindo a documentar a presença destas formas em momentos mais recuados, em Monte Molião ou em Balsa (Arruda, Viegas e Bargão, 2009, p. 11; Nolen, 1994, est. 33, cr-24), estando a produção de exemplares deste tipo bem documentada na província da Bética, em níveis da segunda metade do século I e inícios do século II d.C. na villa de los Castellones, em Málaga (*Idem*, 2009).

Do conjunto de espólio metálico, oriundo também do compartimento da sondagem III, constavam pregos e fragmentos disformes de bronze e de ferro, assim como escórias de redução/depuração deste mesmo metal, sugerindo a existência de estruturas de transformação metalúrgica e um consequente aproveitamento dos recursos mineiros da região. Vários fragmentos de mós rotativas de granito foram também recuperados no local, assim como o referido de peso de lagar em granito de forma cilíndrica, observado nos moroiços de pedra resultantes da despedrega em fase de obra, indicando a existência de atividades de transformação agrícola no local, compatíveis com uma funcionalidade eminentemente agro-produtiva das estruturas identificadas (Figura 3, 4 e 5).

5. O MONTE DOS TOIRAIS NO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO ROMANA DA REGIÃO

Em função da destruição de parte substancial da(s) jazida(s) e do facto da área escavada se ter verificado insuficiente para perceber o tipo de implantação existente no Monte dos Toirais, tal como foi já ressaltado para o espólio, os dados obtidos devem ser tomados com a devida cautela quanto a possíveis funcionalidades e singularidades do local face ao conhecimento sobre o povoamento romano na região. Não obstante, importa também indicar que o tipo de estruturas exumadas e o espólio associado destacam algumas semelhanças e considerações face a outros locais conhecidos na região de Montemor-o-Novo. Com efeito, os vestígios identificados no Monte dos Toirais apontam para a existência de um conjunto

edificado, polinucleado e composto por mais do que um edifício, conforme observado nas sondagens III, VII e IX, que terá funcionado, pelo menos, durante o alto-império. Não foram identificados indícios claros de habitat, como estruturas de combustão ou outras estruturas secundárias, no entanto, as estruturas encontradas parecem estar relacionadas com a exploração dos recursos agrícolas e minerais da área, construídas em alvenaria grosseira de base pétreia, aliada a material de construção e com recurso à terra como elemento construtivo, aproveitando o afloramento artificialmente aplanado como pavimento ou nível de circulação e procedendo-se ao seu rebaixamento intencional para a construção de uma pequena cave. Estas técnicas construtivas revelam uma aparente simplicidade construtiva que se coaduna a um tipo de implantação de cariz funcional e de utilização frequente e são comuns a outros locais de cronologia romana conhecidos na região, alguns dos quais escavados na década de 60 do século passado como a Herdade da Comenda da Igreja, o Curral dos Cães e o Cabeço do Ceivo (Paço e Lemos, 1962), e já mais recentemente no âmbito do plano de minimização de impactes da construção da barragem dos Minutos.

Entre a diversidade de soluções arquitetónicas observadas nestes espaços designados como casais agrícolas, ressalta a presença de técnicas de edificação e funcionalidades semelhantes, com espaços associados a funções diversas dos trabalhos do campo, e da exploração agrícola (Paço e Lemos, 1962), assim como a semelhança dos espólios exumados. Compostos por diferentes núcleos, à semelhança do Monte dos Toirais, também no Curral dos Cães e no Cabeço do Cervo foram identificados materiais semelhantes, relacionados maioritariamente com a prática agrícola, desde formas de armazenamento do tipo talha ou *dolia*, mós e instrumentos agrícolas, mas igualmente cerâmicas finas e materiais anfóricos, depreendendo-se desta forma que estes espaços estariam plenamente integrados nos circuitos comerciais da época (Fabião, 1992; Galhofas, 2016). Mais recentemente, os trabalhos realizados na Barragem dos Minutos, vieram consolidar a imagem de um povoamento relativamente denso, constituído por pequenos sítios relacionados com a exploração agrícola dos solos, ainda que os trabalhos efetuados, na sua maioria de diagnóstico, não tenham permitido determinar as reais dimensões e funcionalidades dos mesmos. Entre estes, os mais significativos for-

neceram modelos construtivos de planta ortogonal com algumas semelhanças com o Monte dos Toirais, como Amoreirinha 8 ou Minutos 6, este último com uma ocupação que remonta, pelo menos à época alto-imperial (Silva, 2004; Silva e Brazuna, 2006). Ficaram por localizar as estruturas produtivas artesanais diretamente relacionadas com as atividades económicas desenvolvidas no Monte dos Toirais em época romana. Alguns vestígios identificados, como o já mencionado peso de lagar, característico das prensas de tipo *prelum*, bem como as evidências dispersas de atividades paleo-metalúrgicas, apontam para a presença de estruturas de transformação relacionadas com a olivicultura e dedicadas à beneficiação de minerais metálicos. As escórias indicam que existiu produção de ferro no sítio por redução direta de minerais de Fe em baixo-fornos (e provavelmente a subsequente depuração das massas obtidas nessa primeira operação), e é também verosímil que também tenham sido produzidas e reparadas/recicladas ferramentas e apetrechos afins numa oficina de forja local. Mas, dado o volume de escórias encontrado, tratar-se-iam de atividades paleo-siderúrgicas com reduzida escala de laboração ou mesmo esporádicas, eventualmente para autoabastecimento da própria unidade agrícola quando necessário (Vilhena e Grangé, 2011). Neste contexto, embora sejam vagos os dados disponíveis sobre a exploração dos recursos do território envolvente, merece especial atenção a referência à exploração de Fe na mina da Serra dos Monges em época romana (Saa, 1964; Thadeu, 1965; Alarcão, 1983), localizada na faixa de múltiplas mineralizações de Fe, Cu e Au do campo mineiro de Montemor-o-Novo, 5 a 10 km a sul do Monte dos Toirais (Thadeu, 1965). Por regra, era comum no século passado considerar “romanos” todos os vestígios antigos de mineração ou de metalurgia pré-industrial, mesmo os de épocas históricas posteriores (Vilhena e Grangé, 2011). Por outro lado, devemos sublinhar que, embora a ausência de outros elementos característicos destas atividades transformadoras não permita tirar conclusões mais sólidas, é hoje evidente a importância da produção silvícola e vinícola na região alentejana em época romana, atestada, a título de exemplo, na *villa* de Torre de Palma, onde foram identificados e estudados um lagar e uma adega (Maloney, Hale, 1996). Por último, cabe sublinhar que este padrão de povoamento pautado pela existência de pequenos sítios ou casais agrícolas estaria enquadrado numa rede de

povoamento mais vasta, determinada pela presença de *villae* e outros modelos de assentamentos. Na envolvência, estão ainda referenciadas outras estações com intervenções arqueológicas, como o Alto do Castelinho da Serra (Burgess, 1987; Gibson, 1992), o povoado da Valada do Almansor (Burgess, 1987), a *villa* da Fonte do Prior (Paço e Lemos, 1962), assim como outros, identificados quer no decurso de trabalhos de arqueologia preventiva, como no âmbito de trabalhos promovidos pelo próprio município (Carta Arqueológica do Concelho de Montemor-o-Novo), que têm vindo a fornecer um manancial informativo de extrema importância para o conhecimento da arqueologia romana da região. Apenas o estudo integrado de todas estas realidades permitirá uma análise consolidada e consubstanciada do povoamento rural em época romana na periferia do centro urbano de *Ebora Liberalitas Iulia*.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge (1976) – “Sobre a Economia Rural do Alentejo na Época Romana”. *Conímbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia, XV, pp. 1-40.
- ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina; BARGÃO, Patrícia (2010) – “A cerâmica comum de produção local de Monte Molião”. *Xelb*. Silves: 10, pp. 285-304.
- BERNI MILLET, Piero (2008) – Epigrafia anfórica de la Bética. Nuevas formas de análisis. Barcelona: Col·lecció Instrumenta, vol. 29.
- BERNI MILLET, Piero; GARCÍA VARGAS, Enrique (2016) – Dressel 20 (Guadalquivir Valley). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*. Disponível em: <http://amphorae.icac.cat/amphora/haltern-70-western-lusitania>. Acedido em 17-07-2017.
- BURGESS, Colin (1987) – Fieldwork in the Evora District, Alentejo, Portugal 1986-1988. *Northern Archaeology*, 8, pp. 52-56.
- BUSTAMANTE, ÁLVAREZ, Macarena (2010) – *Terra Sigillata Hispánica en Augusta Emerita (Mérida, Badajoz)*. *Valoración tipocronológica a partir de los vertederos del suburbio Norte*. Cádiz.
- CARNEIRO, André (2014) – *Lugares Tempos e Pessoas – Povoamento Rural Romano no Alto Alentejo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2 Vols.
- COELHO-SOARES, Antonia (1987) – Materiais arqueológicos da Courela dos Chãos (Sines). Setúbal Arqueológica. Setúbal: 8, pp. 193-201.
- ETTINGLER, E. et al. (1990) – *Conspectus formarum terrae sigillatae Italico modo confectae*. Romisch – germanische Comisión des deutschen archäologischen Instituts zu Frankfurt, Bonn.

- GALHOFAS, Marisa (2016) – *Contributo para o conhecimento do povoamento rural romano no Concelho de Montemor-o-Novo: Caso da Barragem dos Minutos*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora. Disponível: https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/18815/1/tese%20final_%20vers%C3%A3o%20final.pdf. Acedido em 11-07-2017.
- GIBSON, C.; CORREIA, Virgílio Hipólito.; BURGESS, Colin (1998) – Alto do Castelinho da Serra (Montemor-o-Novo, Évora, Portugal) A Preliminary Report on the excavations at the Late Bronze Age to Medieval Site, 1990-93. *Journal of Iberian Archeology*. Porto. o, pp. 191-244.
- GRILO, Carolina; MARTINS, Andrea (2013) – “O espólio dos contextos de amortização da Av. Miguel Fernandes, Beja. Um contributo para o conhecimento da cidade romana”. In *VI Encontro de Arqueologia del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros, pp. 1472-1496.
- GRILO, Carolina; SANTOS, Cézer (2017) – A cerâmica comum da *villa* romana de Povos, Vila Franca de Xira. *Cira Arqueologia*, 5, pp. 86-115.
- FILIPE, Victor (2016) – Haltern 70 (Western Lusitania). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*. Disponível em: <http://amphorae.icac.cat/amphora/haltern-70-western-lusitania>. Acedido em 17-07-2017.
- MALONEY, Stephanie; HALE, John (1996) – “The villa of Torre de Palma (Alto Alentejo)”. *Journal of Roman Archaeology*. Ann Arbor: 9, pp. 275-294.
- MANTAS, Vasco (1988) – “Implantação rural romana em torno da *villa* de S. Cucufate (Vidigueira)”. 1º Encontro de Arqueologia da Região de Beja (1986). *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal de Beja. 2ª série, 3, pp. 23-42.
- MAYET, Françoise (1975) – *Les ceramiques a parois fines dans la Peninsule Ibérique*. Paris.
- MAYET, Françoise e SILVA, Carlos Tavares da (1998) – *L'atelier d'amphores de Pinheiro, Portugal*. Paris: Ed. Du Boccard.
- NOLEN, Jeanette (1985) – *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- NOLEN, Jeanette (1994) – *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares, Balsa*. Lisboa: Museu Instituto Português de Museus.
- NOLEN, Jeanette; DIAS, Luísa Ferrer (1981) – “A necrópole de Santo André. Os materiais (II)”. *Conimbriga*. Coimbra. XX, pp. 33-178.
- NORTON, José *et al.* (1993-1994) – “Ânforas da *villa* romana de Vilares de Alfândão (Ferreira do Alentejo)”. *Conimbriga*. Coimbra: 32-33, pp. 181-190.
- PAÇO, Afonso do; LEMOS, J. (1962) – “Reconhecimentos arqueológicos de emergência nas herdades da Comenda da Igreja e da Comendinha”. *XXVI Congresso Luso-espanhol para o progresso das Ciências*. Porto, pp. 317-333.
- PAÇO, Afonso do; LEMOS, João de (1962) – *Vila Romana da Herdade da Fonte do Prior (Montemor-o-Novo)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- PINTO, Inês Vaz (2003) – *A Cerâmica Comum das Villae Romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- PINTO, Inês Vaz, e SCHMIT, Anne (2010) – Cerâmica comum. In ALARCÃO, Jorge; CARVALHO, Pedro e GONÇALVES, Ana (Coord.), *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002*. Merida: Studia Lusitana, 5, pp. 219-443.
- QUARESMA, José Carlos (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano: Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Lisboa: Estudos e Memórias. UNIARQ.
- SAA, Mario (1964) – *As grandes vias da Lusitânia: o itinerário de Antonino Pio*. Lisboa: Vol. 5.
- SILVA, Carlos Tavares; BEIRÃO, Caetano; SOARES Joaquina; DIAS, L. F. COELHO SOARES, Antónia (1981) – “Escavações Arqueológicas no castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979)”. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6-7, pp. 149-218.
- SILVA, Carlos Tavares (1996) – “Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: a oficina romana do Largo da Misericórdia”, In: *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado* (actas das jornadas, Seixal, 1991). Seixal.
- SILVA, Inês Mendes da (2004) – *Amoreirinha 8 – Montemor-o-Novo: Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2004. Relatório técnico científico*. Arquivo DGPC, Lisboa, Portugal.
- SILVA, Inês Mendes da; BRAZUNA, Sandra (2006) – “Intervenção arqueológica no sítio romano dos Minutos 6”. *Revista ERA Arqueologia*. 7. Lisboa, pp. 57-70.
- THADEU, Décio (1965) – «Carta Mineira de Portugal na escala de 1/500 000. Notícia explicativa». Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- VIEGAS, Catarina (2005) – *A terra sigillata da Alcáçova de Santarém*. Lisboa: Trabalhos de Arqueologia
- VIEGAS, C. e DINIS, T. (2010) – “Pedras d’el Rei (Tavira): villa suburbana de Balsa”. In *Xelb Silves*: 10, pp. 235-251.
- VILHENA, Jorge (1998) – *Monte dos Toirais (Montemor-o-Novo): intervenção arqueológica de emergência/salvamento*. Redondo: Cronos Arqueologia. Policopiado.
- VILHENA, Jorge; GRANGÉ, Mathieu (2011) – “Of slag and men. Iron mining and metallurgy in the Mira valley (Southwest Portugal) from Iron Age to the Middle Ages”. In C. MARTINS, A. BETTENCOURT, J. MARTINS, J. CARVALHO (coord.) – *Povoamento e exploração dos recursos mineiros na Europa Atlântica Ocidental*. Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» / APEQ – Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, pp. 83-112.

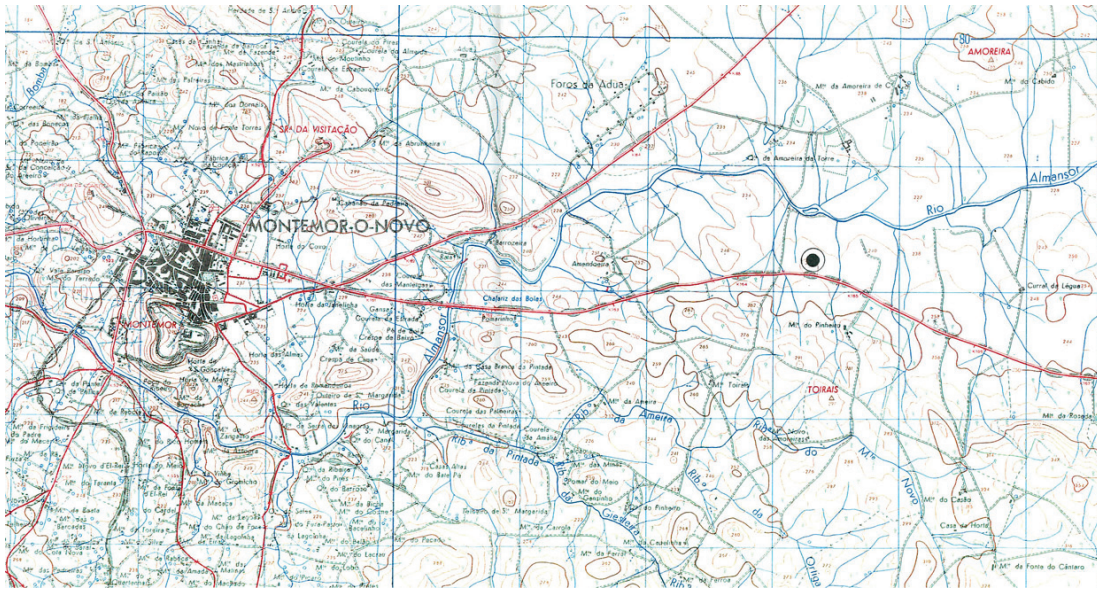


Figura 1 – Localização do Monte dos Toirais na Carta Militar de Portugal esc. 1:25.000, Folha 447.

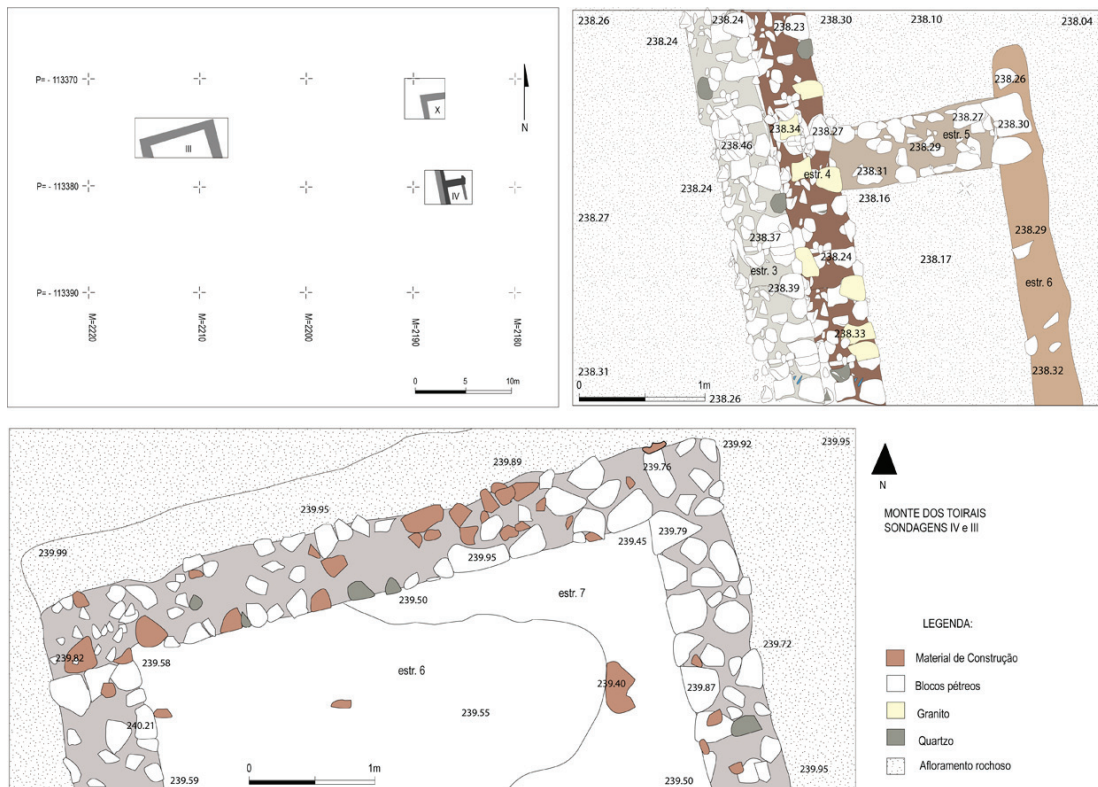


Figura 2 – Planta das estruturas identificadas nas sondagens III e IV.

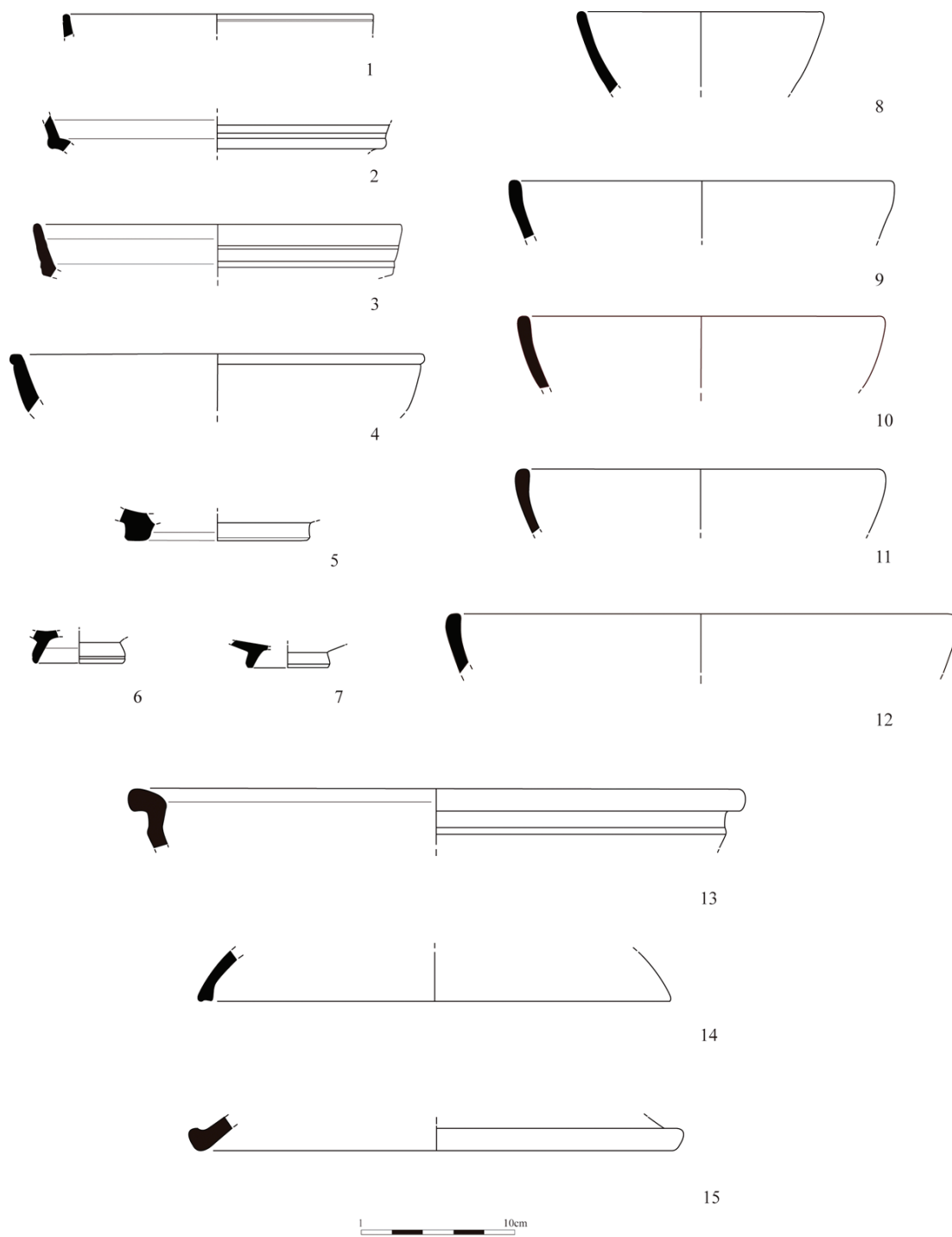


Figura 3 – Espólio recolhido na sondagem III. *Terra sigillata* (1 a 7); cerâmica comum (8 a 15)

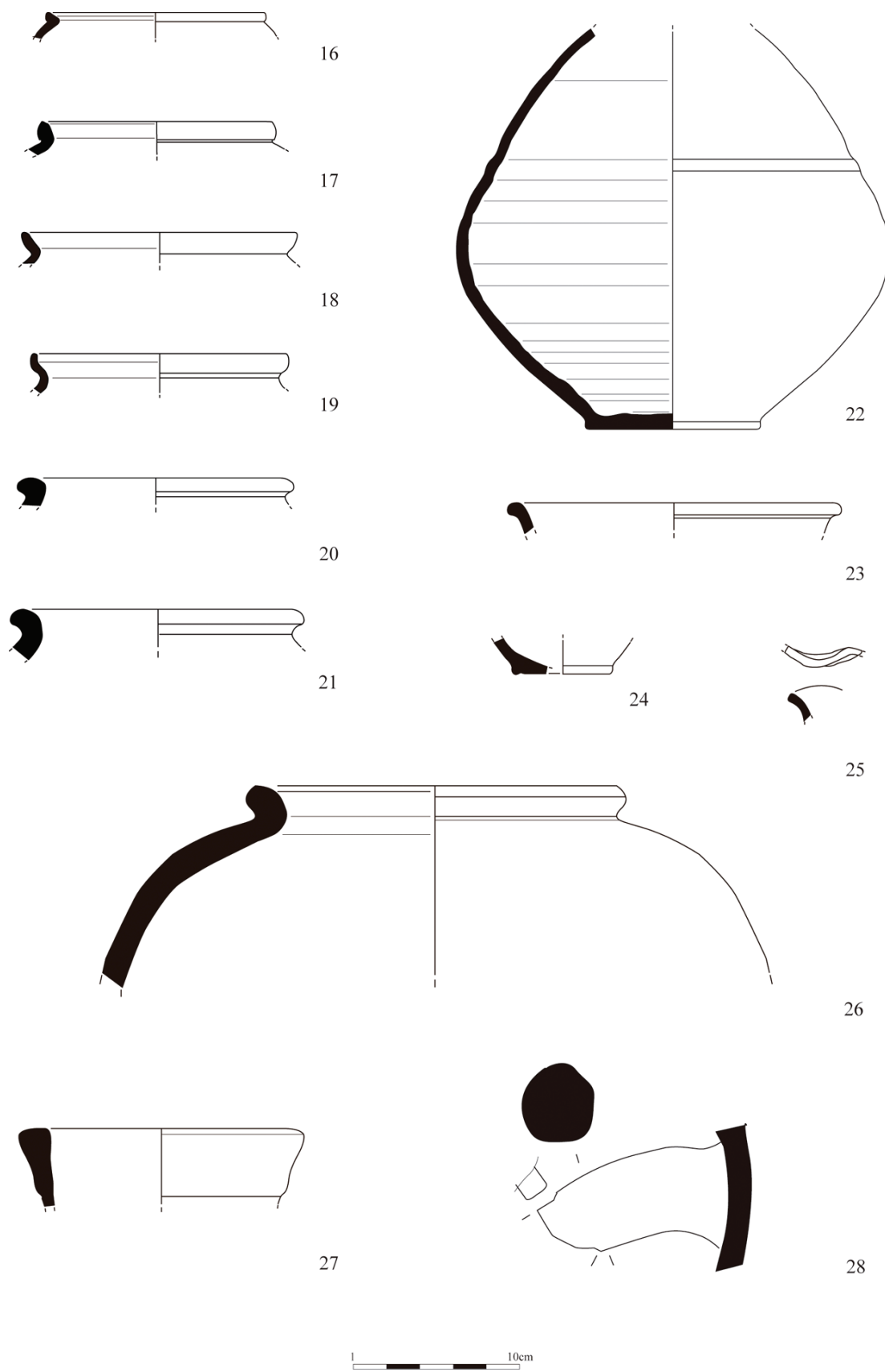


Figura 4 – Espólio recolhido na sondagem III. Cerâmica comum (16 a 26); ânforas (27 e 28).

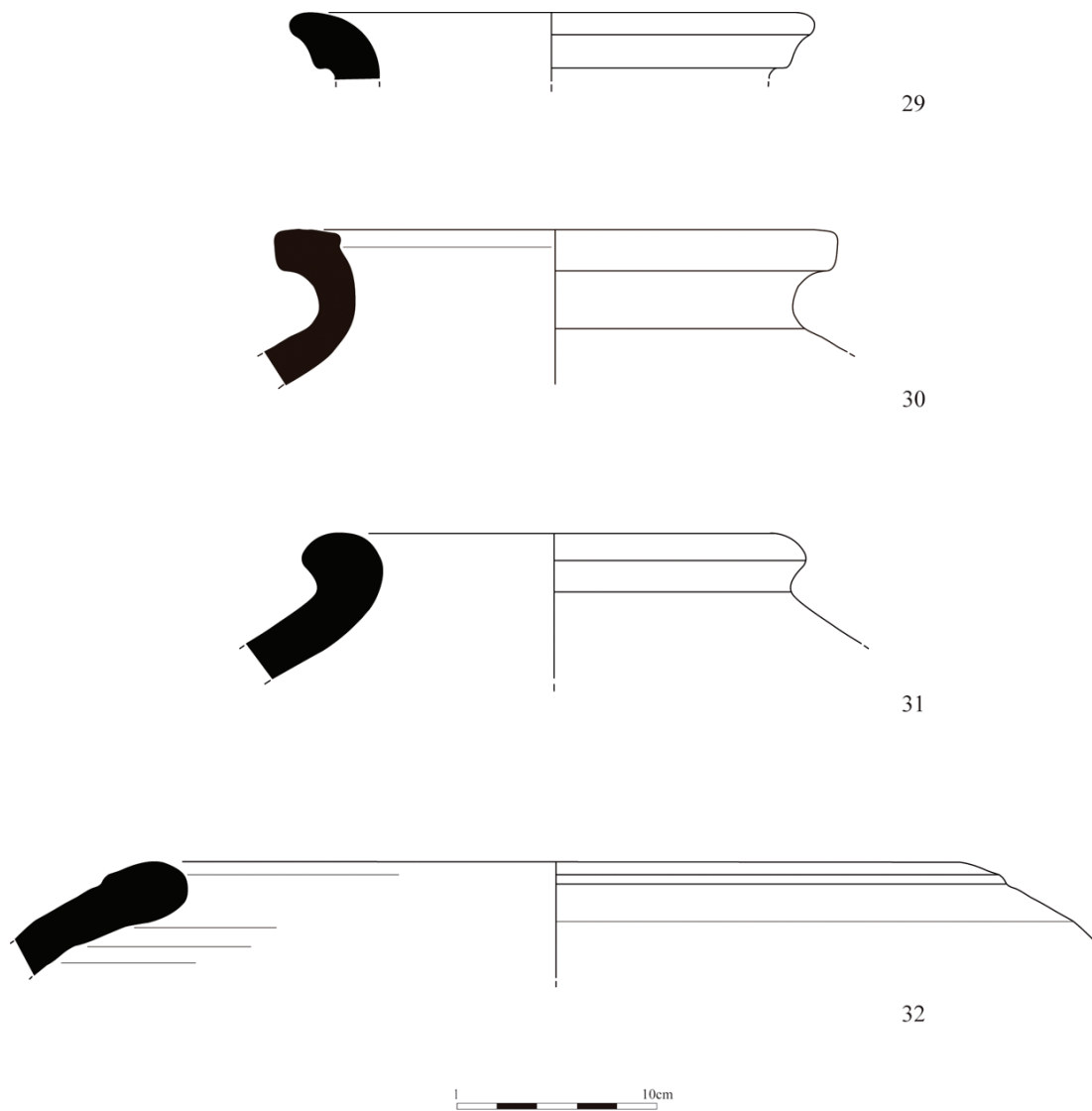


Figura 5 – Espólio recolhido na sondagem III. Cerâmica de armazenamento (29 a 32).



Patrocinador oficial